

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE PRÁTICA

PATRÍCIA MARTINS CASTELO BRANCO^{*}
LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES^{**}

RESUMO

Este artigo aborda aspectos teóricos que norteiam o Projeto Educação Patrimonial, além de apresentar a forma como o mesmo vem sendo trabalhado nos últimos seis anos. Em 2010 o projeto recebeu a denominação Projeto Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua, contando com apoio da Diretoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina-PR e financiamento do Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC. Esta iniciativa vem sendo desenvolvida, ininterruptamente, desde 2005, demonstrando o interesse público pelo tema e garantindo ações educacionais e culturais em conjunto com a população de Londrina. Na sua sexta edição, o projeto visa a dar continuidade à valorização e divulgação do patrimônio histórico-cultural do município a partir de ações que venham a contribuir para a construção de uma consciência voltada para sua preservação. É uma proposta que parte das reflexões dos projetos anteriores, garantindo a continuidade de algumas ações e a reavaliação e redirecionamento de outras. Este texto está dividido em três partes: na primeira são apresentados alguns aspectos conceituais relativos à educação patrimonial. Na segunda, tem-se um pequeno histórico do projeto, com sua dinâmica e seus resultados, e na terceira é abordada sua fase atual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial, patrimônio histórico e cultural, memória.

ABSTRACT

This paper discusses the theoretical aspects outlining the Heritage Education Project, and shows the way it has been developed over the last six years. In 2010 the project was named the Heritage Education Project VI: Street Memories, and had the support of the Heritage Board of Londrina Municipal Culture Department and the financial support of the Culture Incentive Municipal Program – PROMIC. Such initiative has been uninterruptedly developed since 2005. During this time, it has shown a

^{*} Professora do Centro Universitário Filadélfia – UniFil; mestre em História Social – UNESP-Assis; membro do Grupo de Trabalho em Patrimônio Histórico e Cultural da ANPUH-PR; e-mail: patcastelo@hotmail.com.

^{**} Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil; doutor em História – UFPR; coordenador do Grupo de Trabalho em Patrimônio Histórico e Cultural da ANPUH-PR; e-mail: leandro.magalhaes@unifil.br.

great public interest in the theme and provided educational and cultural actions together with the population of Londrina. The project aims at continuing to value and promote the historic and cultural heritage of the city on the grounds of actions that contribute to raise awareness of its people to its preservation. It is a proposal based on reflections of previous projects, intended to guarantee, redirect and reevaluate some other actions. This study is divided into three parts: first, some conceptual aspects related to heritage education are presented; secondly, a brief history of the project is introduced, showing its structure and results; and finally, its current phase is discussed.

KEYWORDS: Heritage Education, historic and cultural heritage, memory

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Os conceitos não são naturais. Ao contrário, são sociais e constituídos historicamente, envolvendo interesses e disputas pela hegemonia. Como dito pelo Grupo Memória Popular, “dominação política envolve definição histórica” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 284). Assim ocorre com as questões morais e éticas: são constituídas historicamente, a partir das relações humanas e sociais. A moral é normativa e social, definidora de preceitos e costumes, e está vinculada à dinâmica social. Ou seja, o homem se descobre como ser ético e moral na convivência, de onde surgem os dilemas e indagações. Nesse sentido, a exclusão, a marginalização e o preconceito afastam parte da população do debate dos dilemas morais que afligem a sociedade hegemônica e, dessa forma, impedem que tome parte de tomadas de decisões fundamentais, que levem em consideração juízos de valores como, por exemplo, o que deve ser considerado ou não patrimônio, e assim, salvaguardado. Há aqui um vínculo efetivo com o conceito de cidadania, entendendo-se por cidadão aquele que possui a condição de intervir em sua realidade, pressupondo participação efetiva, envolvimento e busca de soluções para problemas coletivos.

É a partir dessa reflexão que se apresenta o primeiro de seis aspectos inerentes ao conceito de educação patrimonial a ser aqui tratado: a educação deve formar o sujeito autônomo, capaz de entender a realidade em que vive e perceber suas contradições e seus conflitos, posicionando-se na disputa. Esse posicionamento leva a dilemas morais que deverão ser resolvidos pela sociedade como um todo, em sua diversidade. Falar de patrimônio é falar de seleção, de escolha. Assim, o indivíduo deve ter condição de debater visando a um consenso que, necessariamente, será constantemente questionado e redefinido.

Tal seleção torna-se ainda mais conflituosa na contemporaneidade,

devido à emergência de problemáticas vinculadas a grupos étnicos, a questões de gênero e à desigualdade social, entre outros, ou seja, a problemáticas que vincula diversidade e identidade como elementos relacionais e fundamentais na formação para o patrimônio, levando-se em consideração que há uma gama de possibilidades, memórias e interesses que marcam a interpretação acerca do que seria fundamental para o fortalecimento da identidade de um grupo e que merece, assim, ser lembrado, salvaguardado ou preservado.

É nesse sentido que se apresenta o segundo aspecto da educação patrimonial: a educação para a diversidade. Segundo o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil Moreira,

Somos, no mundo, o resultado da combinação de uma infinidade de tradições e aportes lingüísticos e culturais. Se são muitos os “muitos mundos” que formam nosso múltiplo globo terrestre, é também porque há muitos futuros possíveis para todos nós. Essas culturas e imaginários, essa diversidade cultural, devem ser entendidas como os elementos fundantes de um projeto de emancipação, autodeterminação e liberdade de toda a humanidade (2007, p. 7).

Ou seja, entende-se a educação patrimonial como uma educação para a diversidade, que vá além da imposição que, como diz o autor, se tornou tão ocidental que está também marcada pela homogeneização e por um modelo único. A questão é: “como nos situamos nesse mundo tão próximo, mas tão distante que é o da diversidade? Como lançar esse olhar para nós mesmos?” (MOREIRA, 2007, p. 8). Faz-se necessário pensar a conexão entre gentes e mundos que permanecem diferentes, fortalecendo fluxos de vida (MACEDO, 2007, p. 23).

Essas afirmativas podem levar a pelo menos um problema: será possível que esta proposta se efetive na escola? A educação de forma geral, e a escolar em particular, é responsável pela formação moral do indivíduo. Aprende-se em diversos lugares, como na família, na igreja, no trabalho e nas relações comunitárias, e é nesses espaços de convivência e aprendizado que se fortalecem laços identitários que poderão vir a ser considerados aspectos do patrimônio histórico e cultural, como a arquitetura, paisagem, festas, gastronomia, jeitos de ser e de fazer. Por outro lado, a escola apresenta-se como espaço de predomínio do conservadorismo, pois lugar de reprodução de valores sociais na formação de indivíduos que devem se compreender como membros de dada sociedade, assumindo responsabilidades cidadãs. Essa dinâmica geralmente se dá de forma subalterna, pois a escola, de forma geral, vincula-se a uma perspectiva tradicional, que privilegia o hegemônico à diversidade, a unidade ao conflito, a imposição ao debate. O desafio

seria então romper essa perspectiva, o que pode levar a um trabalho diferenciado em torno do patrimônio histórico e cultural.

A terceira percepção acerca do patrimônio aqui adotada é a liberdade de escolha, ou seja, que se considere uma perspectiva em relação à diversidade que pressuponha que o indivíduo tenha: percepção do conflito, autonomia para posicionar-se e coerência na tomada de posição. Este é o caso, por exemplo, da diversidade étnica, que deve garantir que os povos e grupos tenham, além da autonomia, o direito à autodeterminação e liberdade de ser o que são, de se relacionar com a modernidade e definir o grau desse relacionamento (MOREIRA, 2007, p. 7). Dessa forma se evita a falsa oposição entre conhecimentos e saberes, o que se dá a partir do reconhecimento e da valorização do patrimônio a partir da percepção de que cada grupo e cada comunidade têm sua narrativa, sua cosmologia e história própria, que vivem em ambientes próprios e se relacionam em situação de contraste e conflito (id., *ibid.*, p. 8).

O perigo é essa diversidade ser reduzida a uma unidade amorfa, que rouba ou oculta suas singularidades, o que remete ao quarto elemento: a valorização da heterogeneidade, considerando-se, especialmente, que “a realidade, assim como a vida, tem várias faces. Faces que permitem ilustrar amplamente os nossos modos de ser e o conhecimento presente no mundo, pois é a diversidade que nos caracteriza enquanto seres humanos” (MIRANDA, 2007, p. 11). Evitar a homogeneização pressupõe a busca da igualdade pela diferença; da igualdade de direitos, incluindo o direito à diferença; e da diferença como valor, pois seria a partir dela que se daria a conexão com o mundo (MACEDO, 2007, p. 21).

É para esses fatores que Leonardo Boff chama atenção em seu livro intitulado *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?*; para o autor, o Brasil seria um experimento civilizacional único, uma síntese de antíteses, característica considerada fundamental no mundo globalizado do século XXI – a globalização, para ele, seria marcada não por aspectos econômicos, mas pela idéia da existência de uma humanidade que se unifica na diversidade e que, ao mesmo tempo, não nega a identidade e a soberania dos povos, grupos e etnias. Ainda para o autor, este tipo de sociedade só será possível com a constituição de uma cidadania efetiva, entendida como

o processo histórico-cultural que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e passar a ser povo, como sujeito histórico plasmador de seu próprio destino (BOFF, 2000, p. 51).

Ao aceitar a diversidade e a necessidade de evitar a homogeneização, considera-se a necessidade de pensar o patrimônio a partir das vivências e das relações, e não dos objetos e manifestações fixas, o que nos remete ao quinto aspecto a ser abordado: a necessidade de repensar o conceito de preservação. Em geral, as políticas patrimoniais vinham se preocupando mais com a preservação das coisas do que com as condições de vida e concepções de mundo que produzem as coisas e lhes dão sentido. Isso vem mudando nos últimos anos e ficou evidenciado no I Fórum do Patrimônio Cultural, realizado em 2009 na cidade de Ouro Preto. Ou seja, o que importa são mais os processos que os produtos, a partir de uma percepção de cultura entendida como movimento, como modos de construção e significados do mundo, não como forma ou sistema. Nesse sentido, as iniciativas voltadas para o patrimônio devem ser pensadas como campo de trocas, de reflexões e conexões que não resultam na homogeneização, mas na coexistência de diferenças que se relacionam. Essa noção leva também à valorização do impalpável, do intangível e dos conhecimentos tradicionais, ou seja, do patrimônio imaterial (MACEDO, 2007, p. 22- 23).

O perigo é o uso equivocado do termo cultura, que pode converter a diferença, que é relacional, em uma entidade, que é uma coisa, além de transformar em forma fixa algo que é movimento, fluxo. Daí a necessidade de superar uma concepção tradicional de patrimônio, focada no material, no objeto, e considerar o fato de que a vida é feita de relações. Nas palavras de Valéria Macedo,

O problema é o predomínio de uma visão de cultura como um conjunto de produtos, técnicas e idéias que constitui o patrimônio de um povo, e que deve ser preservado ou resgatado. Só que a vida não é um patrimônio que possa ser separado da história ou resgatado do passado como se fosse uma coisa (MACEDO, 2007, p. 22).

O sexto aspecto a ser considerado é o fato de que o patrimônio não é mercadoria. Atualmente, é comum tanto a educação como o patrimônio serem entendidos como mercadorias, inseridas numa lógica neoliberal:

Em termos gerais, destaca-se o ataque ao Estado, considerado incapaz de gerenciar a educação, bem como a intenção declarada de transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, culminando com a negação de sua condição de direito social e transformando-a em objeto possível de consumo individual, o que varia de acordo com o mérito e capacidade dos consumidores (CORSETTI, 2000, p. 50-51).

A educação e o patrimônio, nessa perspectiva, deixam de ser entendidos como um direito e passam ser vistos como oportunidade de mercado, atendendo uma concepção neoliberal de cidadania, ou seja, um cidadão consciente do direito de consumir. O projeto hegemônico neoliberal pauta-se no aniquilamento da memória, fazendo desaparecer as lutas/disputas sociais da história, fortalecendo a idéia de unidade e de consenso, ao invés da diversidade e do conflito (CORSETTI, 2000, p. 52). Isso leva ao perigo de uma educação patrimonial institucionalizada, autoritária e burocrática, que considera o bem cultural como algo dado, como uma dádiva, uma doação (CABRAL, 2004, p. 40). O patrimônio mercador invalida todos os aspectos anteriores, pois: forma sujeitos subalternos, que entendem a realidade apenas pela ótica do mercado e suas diretrizes, não percebendo assim as contradições e conflitos inerentes à sociedade, e assim, ao patrimônio; prevalece o princípio da homogeneidade sobre o da diversidade, sendo esta valorizada apenas quando inserida e cooptada; a liberdade de escolha restringe-se a liberdade de consumo, com autonomia e possibilidade de decisões limitadas; os objetos e as coisas passam a ter mais valor que as pessoas e suas relações, sendo as manifestações consideradas apenas quando adquirem importância financeiramente e garantem retorno econômico para os envolvidos, respaldado no discurso em torno do desenvolvimento sustentável.

Após abordar alguns aspectos considerados importantes na definição de uma perspectiva contemporânea de educação patrimonial, apresenta-se a seguir um breve histórico do Projeto Educação Patrimonial, desenvolvido em Londrina, com apoio financeiro do Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC.

UM BREVE HISTÓRICO

O Projeto Educação Patrimonial vem despertando interesse da população londrinense, especialmente no que tange ao conhecimento de sua história e ao reconhecimento de seu patrimônio histórico-cultural. Vem sendo realizado de forma ininterrupta, nos últimos seis anos, envolvendo diversos atores, tendo como núcleo ordenador a Diretoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina.

Em 2005, as ações restringiram-se a um curso de capacitação em educação patrimonial, atendendo aproximadamente quarenta pessoas, desde servidores públicos municipais de órgãos como IPPUL, Secretaria da Educação e Secretaria da Mulher, até estudantes, professores e profissionais de turismo, história e arquitetura e urbanismo, além de funcionários do Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Durante o curso

foram elaborados roteiros experimentais, sob orientação do professor ministrante Dr. Humberto Yamaki. No início do ano de 2006, entre os meses de janeiro e maio, foram realizadas visitas monitoradas ao centro histórico e ao Patrimônio do Heimtal, atendendo escolas, grupos organizados, entidades e a população em geral, compreendendo aproximadamente quinhentos participantes.

Ainda no mesmo ano o projeto buscou ampliar as discussões relacionadas ao patrimônio histórico e cultural de Londrina, o que se deu por meio de capacitação de professores da rede pública municipal e estadual. Garantiu-se, com essa atividade, ampliação da discussão sobre o tema, além de fornecer subsídios para o trabalho nas escolas do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, tendo em vista que o tema Educação Patrimonial passou a ser considerado como eixo transversal pela Secretaria Municipal de Educação. Foram realizados também outros quatro cursos de capacitação, sendo dois para professores que trabalhavam nas bibliotecas da rede municipal de ensino, um para professores das redes municipal e estadual de ensino e um para o público em geral, atendendo aproximadamente cento e cinquenta participantes. Como material de apoio foi produzida a cartilha *Reconhecendo o patrimônio cultural em Londrina*, publicada e lançada na Conferência Municipal de Cultura de Londrina, em 2007. A publicação teve por objetivo apresentar conceitos sobre patrimônio histórico-cultural e suas categorias, envolvendo aspectos materiais (arquitetônico, urbanístico, documental, artístico, arqueológico, etc.) e imateriais (saberes, expressões, costumes, técnicas, entre outros) do patrimônio.

Em 2007, o projeto Educação Patrimonial III teve o mérito de resgatar as atividades desenvolvidas nos anos anteriores e ampliá-las. Para tanto foi realizada pesquisa que resultou no passeio monitorado e no material gráfico referente ao “Roteiro da Diversidade Religiosa”. Foi ministrado ainda curso voltado para a comunidade, com mais de cento e quarenta inscrições, superando todas as expectativas, já que a proposta inicial era atender quarenta pessoas. Entre o público, participaram professores de escolas públicas e privadas, profissionais das áreas de museologia, arquivística e afins, agentes culturais, estudantes de história, pedagogia, arquitetura, turismo, sociologia, entre outros.

A partir das reflexões do curso, iniciou-se a montagem de oficinas, que foram ofertadas a três escolas da rede pública da cidade de Londrina, em três regiões distintas e periféricas, visando a ampliar a abrangência das reflexões sobre o patrimônio histórico e cultural. As escolas atendidas foram: na Zona Norte, o Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta; na Zona Oeste, a Escola Municipal Ruth Ferreira Souza, e no Distrito Espírito Santo, a Escola Municipal Luiz Marques

Castelo. Dessa etapa do projeto, chegou-se a algumas conclusões, especialmente sobre a importância desse tipo de atividade na valorização da localidade, destacando a importância de seus personagens, de sua dinâmica cultural, de seus valores e, em especial, de seu patrimônio. Percebeu-se ainda a elevação da estima dos envolvidos, considerada baixa quando do início das atividades do projeto.

Em 2008, o Projeto Educação Patrimonial IV: Histórias do Nosso Pedaco deu continuidade às atividades, ampliando o curso de capacitação e consolidando a proposta metodológica desenvolvida nas oficinas do ano anterior. Desta vez foram atendidas duas escolas municipais de Londrina. Além disso, houve uma aproximação com o Museu Histórico Padre Carlos Weiss e o desenvolvimento de material didático para distribuição nas escolas e para os agentes culturais da cidade, em uma proposta de arte-educação: o curso de capacitação foi desenvolvido durante o primeiro semestre, na Cidade da Criança, com 150 inscrições. Foi complementado com visitas monitoradas referentes à “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico” e ao “Roteiro da Diversidade Religiosa”; no segundo semestre, foram realizadas oficinas, ofertadas gratuitamente para alunos da 4ª. Série do Ensino Fundamental de duas escolas públicas do município – Escola Municipal Padre Anchieta (Patrimônio Heimtal) e Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti (Região Oeste) –; como complemento, foi montado o chamado “Museu Itinerante”, uma mostra de fotografias disponibilizada pelo Museu Histórico Padre Carlos Weiss, tratando especificamente das regiões onde as escolas estão situadas. O “Museu Itinerante” já foi exposto em diversos espaços de Londrina, além de cidades como Curitiba-PR, Cascavel-PR e Rio Grande-RS; foi produzido ainda um *folder* e confeccionados seis *banners* referentes aos trabalhos desenvolvidos nas escolas, sob o título “Qual é o seu Centro?”, além de dois *banners* educativos referentes às atividades do projeto. Esse material foi destinado à Diretoria de Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria Municipal de Cultura; outra atividade do projeto foi a montagem do passeio monitorado intitulado “Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina”, ofertado gratuitamente para a população londrinense. Como complemento, foi produzido material gráfico referente à trilha. Ocorreu, também em 2008, entre os dias 24 a 26 de novembro, o “Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná”, evento que visou a ampliar o debate sobre o tema e que contou com palestrantes de todo o estado, tendo como resultado a publicação de uma coletânea dos textos apresentados (SILVA; MORAES, 2009).

Já em 2009 veio a público o livro *Educação Patrimonial: da teoria*

à *prática*, que apresentou o resultado das atividades desenvolvidas nas escolas, assim como uma proposta de metodologia de trabalho no âmbito da educação patrimonial. Foi dada continuidade ao projeto, agora voltado para a disseminação de idéias e a reflexão sobre o tema Patrimônio Histórico e Cultural e, conseqüentemente, Educação Patrimonial. Neste sentido, foram realizados dois cursos de capacitação em educação patrimonial, com 50 inscritos. A partir desses cursos, foi selecionada a escola em que as atividades relacionadas seriam desenvolvidas, a Escola Municipal David Dequech. Em outubro de 2009, realizou-se o “II Encontro Cidades Novas – A Construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País”, que contou com palestrantes e participantes de diversas localidades do país. Para divulgação do evento foi montada uma página na Internet (<http://www.evsnet.com.br/cidadesnovas/>), que recebeu mais de 250 inscrições, e, como resultado, foi publicado um livro com os textos apresentados (MAGALHÃES; CASTELO BRANCO; ZANON, 2009).

A experiência adquirida nesses anos motivou a equipe envolvida a desenvolver dois outros projetos em 2010: Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua, que será abordado a seguir, e as Oficinas de Educação Patrimonial, que atenderão duas escolas municipais de Londrina.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL VI: MEMÓRIAS DA RUA

Em 2010 foi dado início ao projeto Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua, tendo por objetivo dar continuidade à valorização e divulgação do patrimônio histórico-cultural da cidade de Londrina, a partir de ações que venham a contribuir para a construção de uma consciência voltada para a preservação. Partindo das reflexões entabuladas nos projetos anteriores, optou-se pela continuidade de algumas ações e a reavaliação e redirecionamento de outras. Os Encontros Cidades Novas, realizados nos últimos anos, proporcionaram debate teórico em torno da temática e, aliados às oficinas de Educação Patrimonial realizadas em escolas do Ensino Fundamental e aos cursos de capacitação ofertados à comunidade, proporcionaram um amadurecimento da equipe envolvida no projeto. As oficinas nas escolas resultaram na formulação de uma metodologia de trabalho materializada no livro *Educação Patrimonial: da teoria à prática*, e os eventos garantiram espaços de discussão e levaram à publicação de coletâneas de textos, possibilitando uma reflexão efetiva em torno do patrimônio histórico e cultural, permitindo que se vá além (mas sem excluir) daquele considerado oficial ou localizado na área central da cidade, avançando sobre o significado do patrimônio histórico e cultural.

Nesse sentido, foi desenvolvido um trabalho em que se procurou

fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva, garantindo a apropriação e o uso do patrimônio, trazendo à tona histórias de vidas, realizando debates sobre o caráter público dos espaços e aliando a noção de modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais. Um dos resultados foi a exposição intitulada “Museu Itinerante”, que buscou valorizar o bairro como elemento central da constituição identitária comunitária. Em um movimento inverso, o projeto voltou-se, em 2010, para a área central, entendendo que esta também faz parte da formação das identidades londrinenses e contribuindo para o entendimento de pertencimento à cidade. Escolheu-se, para tanto, a Rua Sergipe, por ser uma das mais antigas ruas de comércio da cidade, possuindo até hoje tipos de estabelecimentos comerciais e ofícios que não existem mais em outros lugares da cidade. A rua possui ainda importantes exemplares da arquitetura *art déco* londrinense, além de contar com dois espaços significativos que marcaram as transformações recentes por que a cidade passou: o cadeião e a antiga rodoviária de Londrina, hoje Museu de Arte de Londrina – MAL.

Seguindo este caminho, o projeto propõe a realização de um inventário da Rua Sergipe, abordando tanto o patrimônio imaterial, especialmente no que se refere aos ofícios e ao comércio “em extinção”, como a paisagem e o patrimônio material, o que se dará a partir da identificação das edificações de interesse e de um trabalho específico no cadeião e na antiga rodoviária. Esse trabalho se integrará ao inventário de bens culturais da Secretaria Municipal de Cultura/Diretoria de Patrimônio Histórico. Para um melhor desenvolvimento das atividades, a equipe contará com orientações técnicas de profissionais capacitados pelo IPHAN na realização dos inventários. Como produtos, está prevista a confecção de um *folder* e de um CD-ROM a serem distribuídos para os lojistas que atuam na Rua Sergipe, além de entidades de pesquisa e profissionais interessados.

O projeto dará continuidade a sua proposta educacional e de disseminação, ao garantir a oferta do curso de Educação Patrimonial, desta vez voltado não apenas para educadores e agentes culturais, mas também e principalmente para os funcionários, lojistas e frequentadores da Rua Sergipe, abordando, além dos conceitos de patrimônio histórico e cultural, a memória e a história da rua e um curso de vitrinismo. Também serão realizadas oficinas com crianças do Ensino Fundamental da rede pública e privada, visando à preparação de material didático (livro infantil) sobre a Rua Sergipe. Essas oficinas estarão pautadas nos princípios da educação patrimonial e, assim como o curso, serão realizadas no Museu de Arte de Londrina – MAL. O curso e as oficinas estarão articulados com o inventário, podendo subsidiá-lo com novas informações, além de

contribuir com a nova versão do “Museu Itinerante”, tendo em vista que está prevista a recepção de material impresso e fotos sobre a rua que, caso os participantes aceitem, poderá ser doado ao Museu Histórico Padre Carlos Weiss, alimentando e reforçando o acervo sobre a rua.

Como dito, será dada nova roupagem ao “Museu Itinerante”, ação desenvolvida em parceria com o Museu Histórico Padre Carlos Weiss e que, em 2008, resultou na produção de dez *banners* que vêm sendo expostos em diversos espaços em Londrina e em outras cidades do Paraná e do país. A proposta é que a exposição, desta vez intitulada “Museu Itinerante – Qual é o Seu Centro?”, seja focada na Rua Sergipe. A partir de pesquisa a ser realizada junto ao museu histórico e das informações obtidas no curso de Educação Patrimonial e nas pesquisas para a construção do Inventário da Rua Sergipe, será montada a exposição, composta por três seções independentes que, em conjunto, formarão uma mais ampla sobre a rua. As seções terão como tema: o cadeião; a antiga rodoviária; as fachadas dos prédios da Rua Sergipe. O material será exposto, primeiramente, nos seguintes espaços: Museu Histórico Padre Carlos Weiss, Museu de Arte de Londrina, Secretaria de Cultura de Londrina, Centro Universitário Filadélfia – UniFil e vitrines e interiores das lojas da Rua Sergipe, e posteriormente disponibilizado à Secretaria de Cultura/Diretoria de Patrimônio Histórico para exposição em outros locais.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS FINAIS: O DIREITO À MEMÓRIA

Retomando o que foi dito, a perspectiva de educação patrimonial adotada nos projetos apresentados parte dos seguintes princípios:

- formar sujeitos autônomos, capazes de entender a realidade em que vivem e de perceber as contradições e os conflitos inerentes a ela, posicionando-se na disputa;
- formar para o entendimento e o respeito à diversidade, o que não significa naturalizar as diferenças, especialmente as referentes a aspectos econômicos e sociais;
- considerar a liberdade de escolha, o que só poderá ocorrer se houver uma percepção efetiva do conflito, autonomia para posicionar-se e coerência na tomada de posição;
- valorizar a heterogeneidade, considerando-se, especialmente, que a realidade tem várias faces;
- pensar o patrimônio a partir das vivências e das relações e não dos objetos e manifestações fixas, o que leva à necessidade de se repensar o conceito de preservação;
- considerar que o patrimônio não é mercadoria.

Todos esses elementos estão intimamente ligados ao conceito de memória. Estudiosos estão de acordo que o patrimônio se relaciona com a noção de propriedade e que, durante o caminho de valorização das “antiguidades” nacionais, algumas propriedades específicas passaram a ser compreendidas como patrimônio, definindo-se o que deveria ser preservado e corroborando as narrativas nacionais. Com isso, características individuais se condensaram em um ideal coletivo e na constituição de uma memória nacional protegida por órgãos institucionais.

A perspectiva adotada no projeto é a da necessidade de constituição e preservação de uma memória que confira identidade às pessoas ou localidades, que vá além desta concepção tradicional de patrimônio nacional, estadual ou municipal. Composta por seu presente e passado, a memória não está concentrada apenas em objetos, pois estabelece conexões entre a objetividade e a subjetividade do homem, constituindo-se em fragmentos de memória. Assim, ao observar o que uma dada sociedade elege como representação do seu passado, compreende-se como a identidade social dessa localidade foi construída, e assim, o que se deseja que apareça ou que fique obscurecido.

No caso do projeto “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, o destaque se dá para a Rua Sergipe, reconhecidamente um patrimônio municipal, mas que, como tal, pode permanecer na obscuridade para aqueles que vivem a localidade, como lojistas, consumidores e transeuntes. Como na maioria das cidades do porte de Londrina, o patrimônio valorizado está concentrado na área central, sem que a população tenha muita clareza sobre os motivos ou a importância da preservação ou valorização desse patrimônio. Esse fator pode levar a constantes alterações culturais e arquitetônicas, fazendo com que os agentes de preservação do passado sofram com os prazos curtos e a falta de interesse do público em geral em debater a questão. Nas palavras de Cassia Magald:

Nas cidades brasileiras, ainda com maior força, as idéias de progresso e modernidade têm levado a uma sistemática destruição das marcas do passado. A sintomática ausência de preocupação com o problema e a virtual fragilidade dos órgãos públicos de preservação e planejamento urbano têm criado uma situação de extrema gravidade no que diz respeito à necessária convivência entre o “antigo” e o “novo”. Se no “antigo” reside uma parcela importante da memória social e da identidade cultural dos habitantes da cidade, desconsiderar a questão do patrimônio histórico-ambiental urbano é exilar o cidadão, alijá-lo de seu próprio meio – fazer da cidade um ambiente hostil e estranho à maioria da população (1992, p. 21).

É aí que reside a importância da memória, pois pode-se atribuir a ela o poder de libertar ou aprisionar a consciência do homem. Como

instrumento político, estabelece concepções, solidifica signos e significações, ao construir um sentimento de cidadania ou mesmo desconstruí-lo. Segundo Marilena Chauí,

A memória, seja como história da sociedade, seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem papel de nos liberar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetição. [...] Uma compreensão política da memória é atenta à diferença temporal entre o passado e o presente, é atenta à diferença das memórias sociais que constituem o presente, é atenta à necessidade de liberar a memória e de explicitá-la para que o presente se compreenda a si mesmo e possa construir/inventar o futuro (apud CABRAL, 2004, p. 36).

A sociedade atual apresenta uma contradição ao se produzir o conhecimento referente ao passado. Atualmente grupos sociais com maior autonomia e direitos passam a exigir a produção de sua história, e assim, a preservação de sua memória e de seu patrimônio. Contudo, essa atitude leva a profissão da História a um paradoxo, pois, quanto mais se exige a construção histórica, mais se estimula sua desprofissionalização. O descontentamento desses profissionais, que se consideram os detentores do sagrado direito de recontar a história, descartam tudo que não for historicizante, rejeitando inteiramente a memória dos grupos que não se inserem na perspectiva estabelecida pelos seus pares. Pierre Nora é pouco otimista quanto a este panorama que se descortina: “Não somente guardar tudo, mas conservar todos os signos indicativos da memória, mesmo se não soubermos exatamente de que memória eles são indicadores. Mas produzir arquivos é imperativo de nossa época” (apud DECCA, 1992, p. 132).

O profissional que atua na busca de um inventário do patrimônio edificado e da memória histórica diverge e/ou converge com lembranças queridas, envoltas por sentimentos e seleções particulares. Contudo, sempre haverá um direcionamento, com o risco de que se entenda estas “lembranças” como poluídas de “inverdades”, sendo necessário autá-las em fatos. Retoma-se aqui Pierre Nora, que corrobora a perspectiva de que não se deve entender a história de maneira tão inflexível:

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado (apud DECCA, 1992, p. 130).

Nas palavras acima é possível evidenciar a diferença entre a produção de locais de memória e a reconstrução da história: ambos são direitos sociais, porém dependem de perspectivas divergentes, exigindo cuidados para que não sejam erradicados os vínculos entre os mecanismos historicizantes e a memória coletiva. Uma das preocupações do Projeto Educação Patrimonial é a questão da historicização da memória, pois se entende que suprimir a população do seu patrimônio levaria à teatralização da memória. Nesse sentido, busca-se o envolvimento dos agentes sociais e a confecção de dispositivos que possibilitem o relatar do passado a partir de sua perspectiva e identidade cultural. Ou seja: não se busca solicitar à memória individual que esta venha salvaguardar o conhecimento produzido ou legitimar resultados de pesquisas e inventários, mas que esta seja parte integrante do processo, apesar do entendimento que este sempre será seletivo e excludente.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CABRAL, Magaly. Memória, patrimônio e educação. *Resgate: revista interdisciplinar de cultura*. Campinas: UNICAMP, n. 13, 2004.
- CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 49-57, jan.-jun. 2000.
- DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.
- GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: Teoria, Prática, Método. In: FENELON, Déa Ribeiro, et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- LEZO, Denise; DORNELAS, Eline; ZANON, Elisa. *Reconhecendo o patrimônio cultural em Londrina*. Londrina: Midiograf/PROMIC, 2007.
- MACEDO, Valéria. As formas da cultura e os fluxos da vida. In: *Prêmio Culturas Indígenas*. São Paulo: SESC, 2007.
- MAGALD, Cassia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa Roberta. *Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática*. Londrina-PR: UniFil, 2009.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa Roberta. *ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS*: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Londrina-PR: UniFil, 2009.
- MIRANDA, A Circulação do Saber. In: *Prêmio Culturas Indígenas*. São Paulo: SESC, 2007.
- MOREIRA, Gilberto Gil. Traços Singulares da Cultura Indígena. In: *Prêmio Culturas Indígenas*. São Paulo: SESC, 2007.
- SILVA, Cláudia; MORAES, Vanda de. *Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais*. Londrina: Humanitas, 2000.